



Tendências para a área tributária em 2022

Marcus Vinícius Gonçalves, sócio-líder de Tax da KPMG no Brasil.



O ano de 2022 pode trazer importantes mudanças no ambiente tributário, seja em relação ao que poderá ser aprovado pelo Congresso Nacional, com diferentes propostas de Reforma Tributária, seja pelos efeitos de ações judiciais de grande repercussão.

No âmbito do Congresso Nacional, há diversas propostas de reforma tributária em tramitação. As principais compreendem o Imposto de Renda e versam sobre tributação dos dividendos, redução da alíquota da pessoa jurídica e mudanças para as pessoas físicas; também são discutidas a unificação das contribuições ao PIS e a COFINS para a criação da CBS e as propostas de mudanças mais amplas nos impostos sobre consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Esta última proposição surgiu com força em 2019, com duas propostas de emenda à constituição; posteriormente, perdeu força. Nesse final de 2021, o Senado Federal sinaliza que deve voltar com a tramitação de uma das propostas de emenda. Essa proposta cria o IBS e substitui diversos tributos vigentes, entre os principais o IPI, PIS, ICMS, Cofins e ISS. À parte dessa manobra, a reforma propõe a criação do Imposto Seletivo Federal, que atuará sobre serviços e bens cujo consumo não se deseja estimular.

De forma geral, a reforma não deve resultar em redução da carga tributária brasileira, mas sim uma simplificação do sistema. Entretanto, o impacto será diferente para cada setor e é importante avaliar o que pode ocorrer com

a sua empresa em específico, principalmente para aquelas que gozam de incentivos fiscais. De outro lado, a simplificação do sistema tributário deve ser o ponto alto da reforma, porque a legislação tributária brasileira é uma das mais complexas, se compararmos à outras realidades. Então, com a facilitação, podemos atrair novos e maiores investimentos, aumentando, consequentemente, a oferta de empregos e geração de renda.

Também é provável que comecem a aparecer os efeitos de algumas decisões judiciais de grande repercussão, como a não tributação de juros Selic decorrentes de indébitos tributários e os efeitos da não tributação de ICMS nas operações de transferência de mercadorias entre estabelecimento de uma mesma empresa situados em diferentes Estados. Mesmo que a empresa não possua uma ação judicial própria sobre esses temas, em muitos casos, os efeitos dessas decisões podem impactar a apuração dos tributos correntes das organizações. É preciso entender a abrangência de cada decisão e a consequência para suas operações.

Por fim, o conceito de ESG (sigla em inglês para meio ambiente, impacto social e governança) ganha cada vez mais relevância no ambiente tributário e as empresas que desejam estar alinhadas a esses princípios precisam manter transparência na gestão tributária. Isso quer dizer uma boa administração fiscal de suas finanças e responsabilidades, zelando sempre pela reputação positiva. Dessa forma, as possibilidades de linhas de crédito aumentam e os financiamentos podem ser os principais aliados das instituições caso exista a necessidade no próximo ano. ■



Marcus Vinicius Gonçalves



O conceito de ESG ganha cada vez mais relevância no ambiente tributário e as empresas que desejam estar alinhadas a esses princípios precisam manter transparência na gestão tributária.

